

HANS MORGENTHAU NO DISPOSITIVO «GUERRA FRIA» ESTADOS, TRAGÉDIA E A IMAGINAÇÃO DA SEGURANÇA INTERNACIONAL NO SÉCULO XX

Hugo Arend

A TRADIÇÃO DA TRADIÇÃO REALISTA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Já foi exaustivamente demonstrado que a disciplina de relações internacionais (RI) é ensinada e pensada por uma série de debates que teriam ocorrido entre suas principais teorias e escolas: idealismo e realismo; realismo e behaviorismo, neorealismo e neoliberalismo, neo-neos e pós-positivistas, etc. Muitos pesquisadores contestam a existência de um debate entre realistas e idealistas no período entre guerras¹ e alguns criticam a própria classificação de intelectuais como Angell, Carr, Morgenthau e outros como sendo idealistas, liberais, realistas, neorealistas, etc.². Em grande medida, esta tradição de compactar a história da disciplina em três, quatro ou mais debates teórico-metodológicos não faz jus às complexidades da produção intelectual nas RI, assim como não condiz, tampouco, com a produção intelectual de cada um de seus principais autores – produção que teve diferentes orientações, matizes e temas ao longo de décadas de trabalho.

Mesmo conhecendo as imprecisões dessa narrativa tradicional, parece incontornável contar a história da disciplina de acordo com debates e enquadramentos. Contamos às centenas os manuais acadêmicos, os planos de aulas, as teses e dissertações que são compelidos a seguir esta narrativa tradicional (oficial?) para legitimar conhecimento: «accounts of a tradition serve to legitimise and circumscribe

RESUMO

O objetivo neste texto é analisar como o «realismo de Hans Morgenthau» funcionou de modo a estabelecer subjetividades, saberes e relações de poder nas relações internacionais circulando através do dispositivo «Guerra Fria». Para tanto, se empreenderá uma arqueologia das relações internacionais como disciplina de saber e se analisará os critérios de validade da verdade nas relações internacionais e como o «realismo de Hans Morgenthau» serviu para sustentar e legitimar as verdades acerca da segurança internacional no século XX.

Palavras-chave: Morgenthau, realismo, Guerra Fria, Foucault.

ABSTRACT

HANS MORGENTHAU IN THE “COLD WAR” APPARATUS STATES, TRAGEDY AND THE ENVISIONING OF INTERNATIONAL SECURITY IN THE 20TH CENTURY

The aim of this article is to analyze how “Morgenthau’s Realism” worked to establish subjectivities,



knowledges and power relationships in International Relations (IR) circulating through the “Cold War” dispositif. In order to demonstrate that, I will engage with an Archaeology of IR as a discipline and will analyze the criteria of validity that supports truth and how “Hans Morgenthau’s Realism” worked to sustain and legitimize truths about international security in the 20th century.

Keywords: Morgenthau, realism, Cold War, Foucault.

what counts as proper scholarship»³. Analisar a força produtora como poder/saber dessa *obrigação institucional* faz parte de meu objetivo nesse breve texto, ou seja, analisar de que modo essa força institucional da *tradição narrativa* da disciplina funciona dentro de dispositivos de modo a normalizar e disciplinar certas condutas e produzir subjetividades a partir de conhecimentos aceitáveis e inaceitáveis, estipulando o que pode ser dito e o que pode ser pensado e descartando como impreciso, errôneo ou inadequado o que não se encaixa em padrões sócio-discursivamente estabelecidos⁴.

Na tradição narrativa da disciplina, o realismo é colocado em lugar de destaque. O realismo partiria de uma premissa indiscutível e incontornável: na política internacional, em última instância, não há garantias para cada Estado que sua segurança está assegurada por um ordenamento superior; por isso, cabe a cada Estado garantir sua própria segurança em detrimento da segurança dos demais. Esta seria a *realidade* da política internacional e, por isso mesmo, seria a *regra de ouro* das RI. O realismo é considerado o que «é», enquanto todas as demais perspectivas girariam em torno das premissas e conceitos realistas tentando complementá-los, aprimorá-los ou adequá-los, mas jamais os confrontando radicalmente. Há, portanto, uma *tradição da tradição realista*; uma imposição-limite do pensamento internacionalista a se coadunar com as premissas de certa «escola» de modo a se legitimar como *pensamento legítimo*. O realismo é sócio-discursivamente imposto como condição *sine qua non* do pensamento internacionalista como mito fundador. A produção intelectual nas RI seria uma série de ritos de celebração e revivificação do mito, com heróis, histórias, marcos fundadores, espaços sagrados e tempo cíclico. Todo mito circula como verdade e, como tal, produz condutas e subjetividades. Referências a *começos* e *fins* não são de modo algum «inocentes»:

«contemporary claims about intellectual traditions are caught between an awareness that dominant myths of origin [...] harbor an embarrassment of subtexts [...] and a realization that these stories still inform the most basic categories through which we understand and act in the world» (meus itálicos)⁵.

Mitos de origem nos informam sobre quem somos, o que fazemos e de que forma podemos pensar o que pensamos; eles estabelecem os limites (e os perigos) de nossa imaginação internacional.

O realismo possuiria premissas teórico-filosóficas específicas, autores canônicos e momentos de apogeu, triunfo e declínio – do qual ele sempre volta a ressurgir como uma Fênix, reestabelecendo ordem e premissas incontestáveis. O realismo é tradicionalmente enquadrado numa estranha conjunção entre Tucídides, Maquiavel e Hobbes,

considerando também Richelieu, Clausewitz, Bismark, até os teóricos da geopolítica. O rastro comum entre estes autores seria um reconhecimento da incontornabilidade do poder como determinante das ações humanas. Na política internacional esta incontornabilidade se materializaria na dinâmica do equilíbrio de poder entre as potências mundiais; um frágil equilíbrio sustentado através de alianças pragmáticas entre os principais estados do sistema. *Se você quer a paz, prepare-se para a guerra; A força faz o direito; A melhor defesa é o ataque; O forte faz a lei, o fraco a obedece; Fora das fronteiras do Estado impera a anarquia; O homem é o lobo do homem; Os fins justificam os meios; É melhor ser temido do que amado;* uma cadeia de enunciados coletados de distintas vozes e disseminados e acoplados em uma narrativa tradicional que impõe o Estado como agente responsável na defesa dos interesses nacionais em um meio anárquico. Em que medida poderia ser concebida uma mesma e única narrativa coerente e que conjugasse em uma única voz unívoca e aparentemente sem contradições as concepções de tempo, agência e espaço tão distintas quanto Tucídides, Maquiavel e Hobbes? A possibilidade de se conceber a narrativa realista de modo unívoco e não contraditório no seio das RI condiz com a força da tradição da tradição, da força dos clássicos e da repetição, da revivificação de mitos fundadores e do estabelecimento de marcos teórico-metodológicos autorizados e que, por sua vez, autorizam quem os utiliza a falar, a dizer a verdade sobre a disciplina. A tradição da tradição realista, em especial, funciona, portanto, de modo a demarcar, delimitar, definir o que se fala, como se fala e porque se fala.

ACESSANDO A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E SEU FUNCIONAMENTO EM DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA

Saber é poder. Essa assertiva já se tornou um truísmo. A aquisição de conhecimento ou a posse de conhecimentos técnicos e científicos assegura uma posição de poder em relação a quem não possui conhecimento. Sociologicamente, contudo, «saber é poder» tem implicações metodológicas bastante complexas. Quem detém saber já detém, de antemão, o poder? Em que medida ter conhecimento (se conhecimento e saber podem ser entendidos da mesma forma, o que já é problemático) é deter também uma posição de poder? Por seu turno, o que é poder? Como compreender e/ou analisar o poder? O poder seria uma comódite que poderia ser possuída, transferida, armazenada e usada em momentos particulares? Quem tem o poder tem o conhecimento ou quem tem conhecimento tem o poder? Em que medida as ideias, o conhecimento e os saberes determinam quem detém o poder, a capacidade de mandar e de fazer o que os outros façam o que não fariam voluntariamente por si mesmos?

Estas e outras questões inspiram grande parte das teorias sociológicas dos dois últimos séculos. Desde a sociologia inaugurada por Karl Marx e a filosofia de Friedrich Nietzsche, passando pela Escola de Frankfurt, Max Weber e Karl Mannheim até os escritos mais contemporâneos de Michel Foucault e Gilles Deleuze existe uma pletora de perspectivas disponíveis para estudar as relações entre conhecimento e poder, entre ideias

e capacidade de dominar/explorar. Mesmo que todas tratem de conhecimento e poder não se pode assumir sejam complementares, que formulações de Nietzsche se somem às de Marx, por exemplo. Para uma análise das relações entre poder e conhecimento é necessário, primeiramente, identificar a localização paradigmática do problema.

Há dois grandes paradigmas no estudo das relações entre poder e conhecimento: o paradigma semântico e o paradigma semiológico. O paradigma semântico é tributário de uma longa tradição iluminista que entende o poder e o conhecimento como posses individuais, passíveis de aquisição, perda, transferência, acumulação. Esse paradigma compreende todo o pensamento liberal, mas também o marxiano/marxista. A diferença entre a perspectiva liberal e a marxiana/marxista estaria tão somente na ênfase da posse individual do poder/conhecimento dada pelos liberais e a ênfase estrutural, de classe, para os marxistas. Liberais acreditam no poder da educação como modo de se adquirir conhecimento e que essa aquisição está relacionada com a capacidade de cada indivíduo em se desenvolver social e economicamente. Platonicamente, os líderes de uma sociedade são os indivíduos mais esclarecidos e intelectualmente capazes de se afirmarem em posições de poder. A diferença entre capacidades de conhecimento entre indivíduos determina, em grande medida, suas posições. O pensamento marxiano/marxista, contudo, não coloca a relação entre conhecimento e poder nos indivíduos, mas na relação estrutural entre exploradores e explorados, entre capitalistas e proletários (no capitalismo, pelo menos). Os explorados vivem inebriados pela ideologia dominante; eles confundem os seus interesses com os interesses dos exploradores; na prática, o que desejam são representações do que os exploradores desejam; eles vivem uma *falsa consciência*. A relação entre capital e trabalho é estrutural e só pode ser superada pela revolução. O burguês é incapaz de transcender essa relação porque ele não sofre a exploração; cabe ao proletariado *tomar consciência* e realizar a revolução socialista. A superação da exploração viria pela educação do proletariado e o papel do intelectual seria educar as massas trabalhadoras. Liberais e marxistas interpretam os *significados* do conhecimento entre indivíduos ou entre classes sociais; ambas as cor-

LIBERAIS E MARXISTAS ACREDITAM
NA ACUMULAÇÃO DO CONHECIMENTO
COMO AQUISIÇÃO DE PODER, SEJA O PODER
DE SUBIR NA ESCADA SOCIAL, SEJA O PODER
DE REALIZAR A REVOLUÇÃO.

rentes se interessam pelo que significa acumular, deter, aplicar conhecimentos em relações de poder.

Os objetivos das análises sociológicas que se fundamentam tanto na matriz liberal como na matriz marxista dizem respeito às interpretações dos significados do conhe-

cimento em relação ao poder; são *análises semânticas*; as perguntas formuladas giram em torno de sujeitos (individuais ou de classe) capazes de produzir ou legar significados distintos para suas ações; nesse quadro interpretativo iluminista-fenomenológico, sujeitos são capazes de *construir, ampliar, dominar* significados de modo a galgar posições de poder nas estruturas sociais. Liberais e marxistas acreditam na acumulação do

conhecimento como aquisição de poder, seja o poder de subir na escada social, seja o poder de realizar a revolução⁶. Politicamente quem *detém* poder deve agir responsabilmente, deve *cuidar da sociedade, do Estado, da Nação*. Há um nexo íntimo entre poder, conhecimento e responsabilidade.

O paradigma semiológico, por seu turno, parte de premissas distintas e é profundamente crítico do subjetivismo. Conhecimento e poder não são interpretados como posses individuais. Conhecimento e poder circulam socialmente como forças produtoras e não *pertencem* a ninguém individualmente. Nietzsche leva às últimas consequências as relações entre conhecimento e poder. Toda reivindicação por conhecimento, por verdade, é vontade de poder. Nesse sentido, deveríamos analisar saberes e *poderes*. A marca do pensamento semiológico nietzschiano é a disseminação social de poderes e saberes como forças constitutivas de subjetividades e verdades. O sujeito já não se confunde com o indivíduo; cada indivíduo se desloca numa pluralidade de sujeitos condicionados por específicas posições prático-discursivas. O cerne da análise semiológica migra do sujeito individual para as funções dos enunciados em determinadas posições de poder; migra da subjetividade transcendental para a subjetividade imanente constituída em campos de força discursivos. Ou seja: já não importam os significados mobilizados intencionalmente por indivíduos particulares, mas a força dos enunciados colocados em circulação por subjetividades particulares em momentos particulares, dentro de dispositivos particulares.

Metodologicamente, não se deve confundir o sujeito com a subjetividade. O sujeito moderno é fundante e inequívoco. Ele funda significados, mundos e experiências: «Fomos nós que criamos “a coisa”, a “coisa igual”, o “sujeito”, o predicado, o fazer, o objeto, a substância, a forma [...]. O mundo *aparece-nos* como lógico porque nós, antes, o *tornamos* lógico» (itálicos no original)⁷. Este sujeito moderno, autoevidente, produtor e responsável fragmenta-se no desenrolar da própria modernidade: as práticas produtoras e reprodutoras do capitalismo constituem corpos em múltiplas subjetividades; uma fragmentação que funciona na governamentalidade dos corpos e na biopolítica das populações. Indivíduos são constituídos *operários, soldados, policiais, criminosos, loucos, maridos, esposas, crianças, eleitores, inimigos, aliados*, etc. Subjetividades são discursivamente condicionadas e possibilitadas por posições discursivas. O pai é também *professor, marido, eleitor, possível soldado, consumidor* etc. A mãe é *dona de casa, esposa, eleitora* (talvez), *consumidora* etc. Cada subjetividade tem funções produtoras, dependendo do lugar sócio-discursivo em que se encontra o sujeito.

Os enunciados, por sua vez, só ganham força constitutiva quando circulados em dispositivos de poder/saber específicos. Os dispositivos são entendidos como redes de práticas, regras, instituições, arquiteturas e discursos que colocam em funcionamento signos que condicionam a efetividade de enunciados como produtores de poder/saber⁸. São os dispositivos que condicionam a efetividade, a força, de um enunciado produzir subjetividades. A capacidade produtora dos enunciados na constituição de subjetividades

é dependente dos dispositivos pelos quais circulam. Poder e saber fazem parte de uma mesma dinâmica constitutiva, poder/saber, na qual discursos e práticas se retroalimentam como *práticas discursivas*, toda prática afirma discursos e todo discurso é, desde sempre, uma prática. A produção intelectual nas RI (uma formação discursiva) deve ser compreendida como uma prática discursiva na medida em que as verdades colocadas em circulação são também produtoras de práticas e subjetividades.

A perspectiva semiológica foucaultiana que sigo nesta interpretação da função do «realismo de Hans Morgenthau» no dispositivo «Guerra Fria» parte desses pressupostos. Não está em jogo a intenção de Hans Morgenthau em produzir significados específicos para sua produção intelectual. Não me interessa pela *conversa* de Hans Morgenthau com seus contemporâneos como na metodologia semântica adotada por Brian Schmidt⁹. Não nego que conversas tenham acontecido; que cada autor tenha tentado *dialogar* com seus contemporâneos de modo a responder a críticas de modo consciente e intencional. O mapeamento desses diálogos é verdadeiramente interessante e útil às ciências sociais. Ele nos diz muito sobre a produção intelectual de uma época. Contudo, interesse-me pelas condições de possibilidade dessas *conversas*, ou seja, pelas condições discursivas disponíveis para poder dizer o que foi dito; pelas regras de formação e de enunciação; pelos regimes de verdade que condicionaram o que pôde ser pensado como problemas, temas e questões; e, mais ainda, como essas condições discursivas de possibilidade enunciativa circularam como verdade em um dispositivo de poder específico, no caso, a Guerra Fria.

Condições de possibilidade, na perspectiva foucaultiana, não são epistemologia¹⁰. Na perspectiva foucaultiana, não são as verdades científicas que condicionam as possibilidades de pensar a ciência nem tampouco são as verdades científicas que são consideradas como as verdades de cada época. Não há uma relação *epistemológica* entre as verdades científicas e a realidade; da mesma forma em que a realidade não se fundamenta em verdades propriamente científicas, externas às relações de poder em cada época. O que cada época – ou *epistème* – considera como *verdade* está condicionado às relações de força entre discursos, entre práticas discursivas. O que circula socialmente como verdade assim o faz por uma relação de força entre esta verdade e as demais: «a verdade não está fora do poder nem é sem poder [...]; a verdade é deste mundo; ela é produzida graças à múltiplas coerções. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral da verdade»; «existe uma economia política da verdade»¹¹. A verdade científica não é uma verdade desvinculada de relações de força entre discursos ou sequer circula livremente das relações de poder. As verdades científicas – mais do que a verdade científica – são, em si mesmas e como tais, expressões de relações de força, de poder. O que é estabelecido e funciona como *verdade científica* só o pode ser na medida em que também é uma relação de poder. O que estabelece *verdades científicas* não são ligações lógicas com a realidade, mas as condições prático-discursivas de se efetuarem como tais por dispositivos de poder. Efetuação dependente de regras discursivas socialmente

constituídas em regimes de verdade. As verdades da «Guerra Fria», as verdades do «conflito Ocidente x Oriente», do «Capitalismo x Comunismo», da «Liberdade x Opressão», enfim de um conflito entre «Civilização x Barbárie» são constituídas socialmente. Essa constituição não é uma *construção social* no sentido dado ao termo pela Escola de Chicago da sociologia de Peter Berger e Thomas Lukhmann ou da antropologia de Clifford Geertz¹². Não está em questão a *construção intersubjetiva* do conhecimento e dos significados.

As verdades da «Guerra Fria» e a constituição da «Guerra Fria» me interessam em seus jogos de força com outras verdades, outras verdades que não podem circular como «verdades», mas apenas como polos de oposição ao *socialmente verídico*; interessa-me como estas verdades da «Guerra Fria» – compreendida como dispositivo «Guerra Fria» – condicionam as possibilidades discursivas do pensamento em segurança internacional em particular no século XX e, então, a função do «realismo de Hans Morgenthau» nesse dispositivo. A força autoritativa de «Hans Morgenthau» não se localizaria, portanto, em sua capacidade intelectual e individual em se adequar ao *contexto intelectual de sua época* compreendendo seu *vocabulário político* e empreendendo um diálogo crítico-constitutivo entre seus pares como na história intelectual da Escola de Cambridge¹³. O diálogo crítico da pessoa «Hans Morgenthau» com seus pares, o que ele *de fato teria escrito* em sua *produção intelectual* e como ele inovou

ou não na articulação dos *significados* dos principais conceitos de sua época interessa menos do que a *função da voz autorizada* de «Hans Morgenthau» na disciplina de RI. Analisar a Guerra Fria como dispositivo implica compreender a cadeia de enunciados e discursos constituídos e disseminados *por e através de* uma rede de regras, práticas, instituições, arquiteturas e vozes particulares e como este dispositivo funcionou de modo a silenciar demais discursos, produzindo saberes, práticas e subjetividades que se impuseram como os únicos possíveis e verídicos. Na análise semiológica, «Hans Morgenthau» não é uma pessoa como «Joaquim Martins». O que «Hans Morgenthau» *fala e escreve* circula carregado por uma força discursiva produtora de verdades, com poder de *gerar debate, influenciar, determinar o certo e o errado, de estabelecer o que pode ser pensado como problema internacional*. «Hans Morgenthau» circula como *voz autorizada*. Autor, *autor-idade*. Não autoridade oriunda da consciência, «a inimiga secreta das ciências do homem»¹⁴, mas de *posições*: institucional (Universidade de Chicago), político-social (intelectual alemão), geopolítica (do Norte), acadêmica (clássico das RI reconhecido pelos pares), étnica (judeu-branco), de gênero (homem), de classe (intelectual),

ANALISAR A GUERRA FRIA COMO DISPOSITIVO
IMPLICA COMPREENDER A CADEIA
DE ENUNCIADOS E DISCURSOS CONSTITUÍDOS
E DISSEMINADOS *POR E ATRAVÉS* DE UMA REDE
DE REGRAS, PRÁTICAS, INSTITUIÇÕES,
ARQUITETURAS E VOZES PARTICULARES E COMO
ESTE DISPOSITIVO FUNCIONOU DE MODO
A SILENCIAR DEMAIS DISCURSOS, PRODUZINDO
SABERES, PRÁTICAS E SUBJETIVIDADES QUE SE
IMPUSERAM COMO OS ÚNICOS POSSÍVEIS
E VERÍDICOS.

teórica (realista), etc. Estas posições prático-discursivas condicionam a capacidade produtora do poder/saber que perpassa «Hans Morgenthau». Evocar «Hans Morgenthau» é evocar mais que um nome, mas uma função discursiva. Evoca-se seu nome para reivindicar autoridade, ou seja, é um nome-função, um autor-função e uma função-autor. Encadeia-se o autor clássico em relação aos demais clássicos de modo a estabelecer a verdade de um argumento, a defesa de uma tese, de um ponto. Parte-se do que é social e academicamente reconhecido como verdade para afirmar, criar, gerar. «Hans Morgenthau», como ícone de autoridade, circula com os demais ícones: *Universidade de Chicago, intelectual alemão, do Norte, clássico* etc. A força discursivo-produtiva das palavras de «Hans Morgenthau» é impulsionada pelo encadeamento discursivo-produtor do dispositivo. Analisar o dispositivo «Guerra Fria» implica reconhecer que não há um *em si* da Guerra Fria, mas apenas uma força discursiva socialmente constituída. Não há «Guerra Fria» como um «é» universal, uma presença inequívoca, unívoca e igual a si mesma. O que ocidentais compreenderam como Guerra Fria não foi o que russos compreenderam: o dispositivo «Guerra Fria» não funciona igualmente em todos os contextos discursivos, pois cada contexto discursivo é, desde sempre, socialmente constituído. Alguns operadores discursivos se disseminam globalmente (democracia, liberdade, justiça, lei, direitos, paz, guerra, tirania, injustiça etc.), mas o modo de se relacionarem entre si e com outros operadores depende de cada contexto. Parto, agora, à análise da função do «realismo de Hans Morgenthau» no dispositivo «Guerra Fria» e sua função no pensamento de *segurança internacional no século 20*.

HANS MORGENTHAU NO DISPOSITIVO «GUERRA FRIA»: ESTADOS, TRAGÉDIA E POLÍTICA DE PODER

Hans Morgenthau não deve ser tomado como um autor, portanto, no sentido tradicional do termo. Evocar seu nome não é evocar Joaquim Pereira ou Manoel de Souza. «Hans Morgenthau» carrega consigo uma rede de discursos que o elevam a uma posição de autoridade. O que «Hans Morgenthau» fala e escreve circula como prática discursiva e se dissemina produzindo subjetividades, saberes, práticas, discursos. «Realismo» e «Hans Morgenthau» não são signos neutros, ausentes de poder. Suas significações alertam relações de força entre enunciados e discursos. Ambos estão imersos em jogos de veridicção, de *dizer a verdade*; jogos de imposição entre enunciados numa *política da verdade*. Partindo desta perspectiva crítico-analítica da produção intelectual, é fundamental avaliar a função de Morgenthau no dispositivo «Guerra Fria» e como ele funciona na constituição da *segurança internacional*. Como o dito «realismo de Hans Morgenthau» normalizou e disciplinou subjetividades, saberes e práticas que se constituem no e pelo objeto «segurança internacional»?

A obra mais clássica de Morgenthau é *Politics among Nations (PAN)*¹⁵. Traduzida para dezenas de idiomas desde a primeira edição em 1948, é considerada um clássico. Nas RI, talvez nenhuma outra publicação tenha sido tão citada quanto PAN. Ela funciona

como marcador discursivo de todo o realismo contemporâneo: é à PAN que se recorre quando se deseja mencionar algum princípio realista. Ela se consolidou como texto de referência para alunos de graduação e leigos interessados nos desafios da política externa norte-americana após o conflito mundial e pode-se afirmar que ela ajudou a criar a «Guerra Fria» em gerações de políticos e estudantes mundo afora por ser um texto acessível ao grande público e por constituir um argumento claro e direto acerca da política internacional e do interesse nacional: «Dr. Morgenthau's concepts, theories and applications have become part of current thinking and a conceptual framework for a multitude of American citizenry. The Morgenthau influence is profound and pervasive for today and for future generations.»¹⁶ As datas das edições são significativas das relações da obra com seu contexto: 1948 (aumento das tensões entre Stalin e o Ocidente), 1954 (Guerra da Coreia, macarthismo), 1960 (Revolução Cubana), 1967 (crise entre judeus e palestinos, Guerra dos Seis Dias), 1973 (crise do petróleo, Guerra do Vietnã), 1978 (crise nos países árabes e na América Latina, perda de prestígio político dos Estados Unidos e URSS)¹⁷.

A americanização da política internacional ao final do conflito mundial implicou também uma americanização das RI¹⁸: não apenas o mundo deveria ser encarado diferentemente pelo *establishment* norte-americano como era necessária também a formação de novos quadros profissionais que explicassem este mundo. *Explicação é criação, delimitação, definição*. Não apenas se explica o mundo lá fora como se cria o mundo lá fora. Nos Estados Unidos – e também no Reino Unido – houve um incremento significativo nos investimentos públicos e privados em cursos de graduação em RI. A «Conferência sobre Teoria de Política Internacional», em 1954, foi um marco para a *explicação* do mundo, para a «construção da infraestrutura intelectual do globalismo» norte-americano¹⁹ e legou à PAN, ao realismo e a Hans Morgenthau lugares de prestígio nos debates políticos.

Em maio de 1954, em Nova York, acadêmicos, jornalistas e políticos renomados se reuniram na «Conferência» para discutir a função da teoria de política internacional na tomada de decisões. Dentre os participantes estavam: Walter Lippmann, James B. Reston, Reinhold Niebuhr, Paul Nitze, Dean Rusk, Don K. Price, Robert Bowie, Kenneth W. Thompson, Dorothy Fosdick, William T. R. Fox, Arnold Wolfers e Hans J. Morgenthau. Nos pormenores, os convidados divergiam acerca do papel e da função das teorias, mas concordavam sobre o que elas não deveriam ser: um novo campo de conhecimento puramente quantitativo e «científico» que ignorasse a força da natureza humana, das pulsões pelo poder e pelo prestígio na tomada de decisões, dos eternos conflitos entre moral e política, bem e mal. A «Conferência» foi palco, portanto, de uma resistência ao cientificismo e à naturalização da política internacional, como se as decisões e os comportamentos dos estados pudessem ser reduzidos a números. O foco desses

A AMERICANIZAÇÃO DA POLÍTICA INTERNACIONAL
AO FINAL DO CONFLITO MUNDIAL IMPLICOU
TAMBÉM UMA AMERICANIZAÇÃO DAS RI.

intelectuais se situava no trágico antagonismo entre moral e política, ética e política. Niebuhr, por exemplo, sustentava que «the good of the nation may fit into a more general and universal scheme of value»²⁰ e Morgenthau, por seu turno, pretendia afastar da análise política a moral, pois demasiadamente subjetiva, não universal, e, portanto, inadequada para servir como parâmetro analítico. Reside nesse conflito entre moral e política o núcleo do argumento trágico de PAN – e, seguramente, de toda obra de Morgenthau. Em obra anterior, Morgenthau já afirmara categoricamente que «the primordial social fact is conflict [...] a struggle between moral and social forces which operate both within and between members of society»²¹:

«Neither science nor ethics can resolve the conflict between politics and ethics into harmony. We have no choice between power and the common good. To act successfully, that is, according to the rules of the political art, is political wisdom. To know with despair that the political act is inevitably evil, and to act nevertheless, is moral courage. To choose among several expedient actions the least evil one is moral judgment. In the combination of political wisdom, moral courage and moral judgment, man reconciles his political nature with his moral destiny. That this conciliation is nothing more than a *modus vivendi*, uneasy, precarious, and even paradoxical, can disappoint only those who prefer to gloss over and to distort the *tragic contradictions of human existence* with the soothing logic of a specious concord»²² (itálicos do autor).

Ao final da «Conferência», a voz de Morgenthau estava mais de acordo com o que os Estados Unidos como superpotência vislumbravam como política internacional. Sua visão dicotômica da política, herdada de Carl Schmitt, colocava no centro do argumento o conflito, a política como arena de amigos *versus* inimigos, a luta por poder e sobrevivência que demandava dos líderes medidas drásticas em momentos decisivos. Dentro do dispositivo «Guerra Fria» que se disseminava socialmente, o discurso realista de Hans Morgenthau, mas também de outros, ganhava *status* de autoridade. Tratava-se de um importante intelectual alemão e atuante em importantes universidades americanas e colaborador da Rand Corporation que publicara já um conjunto de obras significativas. Suas palavras deveriam ser ouvidas por uma audiência cada vez maior.

A segunda edição de PAN, de 1954, contou com um subtítulo no primeiro capítulo que explicava didaticamente «Os seis princípios do realismo clássico». Esse subitem foi estrategicamente proposto pelo editor para que as ideias de Morgenthau ficassem mais claras ao grande público. A primeira edição de PAN já havia se firmado com grande sucesso; a segunda edição – que apareceu logo após a «Conferência» – deveria alargar esse sucesso de público, consolidando Morgenthau como o grande pensador político dos Estados Unidos e intérprete incontornável da Guerra Fria.

O conflito entre ética e política, entre bem e mal, entre decisões que preferiríamos tomar e decisões que precisariam ser tomadas, informa adequadamente o dilema

apresentado pelos Estados Unidos como momento trágico de gestação da «Guerra Fria», da constituição do dispositivo «Guerra Fria». Segundo Morgenthau, a situação dos Estados Unidos já não era a mesma de antes da Guerra Mundial. Os líderes norte-americanos precisariam se adequar à nova realidade política do país: «Now it stands outside the enclosures of its continental citadel, taking on the whole of the political world as friend or foe [o isolacionismo deixara de ser possível]. It has become dangerous and vulnerable, feared and afraid»²³ e, acima de tudo, os Estados Unidos detinham «extrema responsabilidade» num sistema internacional com dois blocos divergentes e que poderia ser palco de uma «guerra total». A paz tornara-se uma «necessidade vital»²⁴. A compreensão desse mundo requeria «um novo esforço intelectual» que apenas uma obra como PAN poderia fornecer²⁵.

A compreensão de Morgenthau da política como um conflito binário entre bem e mal, amigo e inimigo; um conflito que demandava responsabilidade na tomada de decisões por parte dos líderes mundiais; decisões que não condiziam com a moral privada das pessoas particulares, mas que se adequavam à moral trágica da política servia adequadamente ao funcionamento da política norte-americana e suas medidas de exceção no contexto do macarthismo, da intolerância política, da afirmação da Nação americana e dos valores do *American way of life*. A Guerra Fria, antes de ser um conflito militar, era um conflito de ideias, de concepções de mundo antagônicas.

O argumento de Morgenthau em PAN era estratégico ao *establishment*. O encadeamento de seus conceitos centrais e os princípios básicos que nortearam seu pensamento funcionavam como motes populares, frases de efeito, facilmente incorporados a uma imaginação internacional tradicionalmente sedimentada no conflito e que representava a vida dos países em uma «arena» internacional de soma-zero. Morgenthau sintetizara como poucos esta imaginação internacional e este espírito trágico da política internacional. O encadeamento entre estados/interesse nacional/conflito/poder/responsabilidade legava ao agente estatal uma responsabilidade paternal sobre a nação: o Estado responsável cuidava da nação, defendia seus interesses até as últimas consequências em um mundo perigoso e anárquico. Em grande medida, o realismo funciona como um poderoso operador de subjetivação do Estado como pai da nação, o agente responsável pela segurança da população também subjetivada como objeto segurável, como vítima de forças externas agressivas. No caso dos Estados Unidos, mais ainda: os Estados Unidos seriam os pais não apenas da nação norte-americana, mas do Mundo Livre, em geral, na luta contra o comunismo.

Paradoxalmente, creio, é precisamente na posição do Estado como sujeito responsável pela segurança do Mundo Livre que se localiza, ao mesmo tempo, a funcionalidade de Morgenthau no dispositivo «Guerra Fria» e a crítica de Morgenthau à política externa norte-americana e ao liberalismo. O desenvolvimento aprofundado desse argumento precisaria de mais espaço. Por ora, é suficiente afirmar que Morgenthau era um crítico contumaz da política externa dos Estados Unidos e que essa crítica focava especialmente

um evidente messianismo redentor e autoproclamado. Para Morgenthau, uma política externa adequada deveria focar o interesse nacional. Líderes responsáveis compreendiam a necessidade de acumular poder político e econômico; líderes responsáveis não deveriam usar esse poder de forma indiscriminada, afirmando agressivamente sua superioridade sobre os demais países. O poder demanda cautela e cálculos políticos pragmáticos. Nesses cálculos maquiavelianos, o estadista responsável não deve confundir os seus valores com os valores das demais sociedades. Em suma: um estadista responsável não usa seu poder para exportar valores democráticos ou modelos de sociedades, como a política externa dos Estados Unidos parecia inclinada a fazer, motivada por um atávico *Destino Manifesto*: «a foreign policy guided by moral abstractions, without consideration of the national interest, is bound to fail; for it accepts a standard of action alien to the nature of the [political] action itself»²⁶. Essa crítica perpassará toda a obra de Morgenthau e constitui também «o motivo trágico»²⁷ que compõe sua obra e as relações entre moral, política, responsabilidade e segurança. **RJ**

Data de recepção: 10 de abril de 2018 | Data de aprovação: 30 de maio de 2018

Hugo Arend Possui licenciatura e bacharelado em História (2000), mestrado em História (2002) e Doutorado em Ciências Sociais (2015), todos os títulos pela PUC-RS. Atualmente, é pesquisador independente, ministrando cursos no Espaço Ideias e Saberes, do qual é diretor. Tem experiência nas áreas de relações internacionais, ciência política, história e antropologia. Produz artigos e participa de eventos naquelas áreas, debatendo

principalmente os seguintes temas: teoria das relações internacionais, filosofia política, segurança internacional, o pensamento de Michel Foucault, modernidade, pós-modernidade, terrorismo e guerra.

> Espaço Ideias & Saberes – R. Felipe Camarão, 751/805 – Bom Fim – Porto Alegre – RS, Brasil | hugo.arend@yahoo.com

NOTAS

1 SCHMIDT, Brian – *The Political Discourse of Anarchy*. Nova York: SUNY, 1998.

2 ASHWORTH, Lucian – *Creating International Studies: Angell, Mitrany and the Liberal Tradition*. Aldershot: Ashgate, 1999; COX, Michael – «Introduction». In CARR, Edward H. – *The Twenty-Years' Crisis*. Basingstoke: Palgrave/Macmillan, 2016.

3 WALKER, Robert B. J. – *Inside/Outside*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 29.

4 AREND, Hugo – *Tragédia, Ciência e Política da Verdade: Uma Arqueologia das Relações Internacionais*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

5 WALKER, Robert B. J. – *Inside/Outside*, pp. 26-34.

6 Uma das melhores exposições de Foucault sobre estas matrizes distintas do poder, das quais ele pretende se distanciar, se encontra em: FOUCAULT, Michel – *Em Defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

7 NIETZSCHE, Friedrich – *A Vontade de Poder*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 274.

8 FOUCAULT, Michel – «Le jeu de Michel Foucault». Entrevista. In *Dits et Écrits (1954-1988): Volume II (1976-1988)*. Paris: Gallimard, 2001, p.299.

9 SCHMIDT, Brian – *The Political Discourse of Anarchy*.

10 FOUCAULT, Michel – «Sur l'archéologie des sciences. Réponse au Cercle d'epistemologie». In *Dits et Écrits I (1954-1975)*. Paris: Gallimard, 2001, pp. 724-759.

11 FOUCAULT, Michel – «Entretien avec Michel Foucault». In *Dits et Écrits II (1976-1988)*. Paris: Gallimard, 2001, p. 158.

12 BERGER, P., e LUCKMANN, T. – *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985; GEERTZ, Clifford – *O Saber Local (1983)*. Petrópolis: Vozes, 2014.

13 SKINNER, Q. – *As Fundações do Pensamento Político Moderno (1978)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; POCKOCK, J. G. A. – *The Machiavellian Moment*. Princeton: Princeton UP, 2003.

14 LEVI-STRAUSS, Claude, e ERIBON, Didier – *De Perto e de Longe*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 325.

15 MORGENTHAU, Hans J. – *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace*. 1.^a edição, 2.^a reimpressão. Nova York: Aldred A. Knopf, 1949.

16 HOTZ, Alfred J. – «Morgenthau's influence on the study of international politics». In THOMPSON, Kenneth, e MYERS, Robert J. – *Truth and Tragedy: A Tribute to Hans Morgenthau*. Washington, DC: The New Republic Book Co., 1977, p. 321.

17 Há, ainda, as edições de 1985 e 2007. A de 1985 foi a primeira edição póstuma e sofreu atualizações nas discussões sobre decisões judiciais. A de 2007 manteve o texto de 1985 inalterado, mas é instrutivo e curioso que seus editores se desculpem pelos pronomes masculinos empregados ao longo do texto, mas que as menções de Morgenthau se referem tanto a homens como a mulheres. Sinais dos tempos e do aumento das discussões de gênero nas RI, tão necessárias e pertinentes.

18 HOFFMANN, Stanley – «International relations: an American social science». In

Janus and Minerva. Boulder: Westview, 1987, pp. 3-24.

19 PARMAR, Inderjeet – «American hegemony, the Rockefeller Foundation, and the rise of academic IR in the US». In GUILHOT, Nicolas [ed.] – *The Invention of IR Theory: Realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory*. Nova York: Columbia UP, 2011, pp. 182-209, p. 199.

20 NIEBUHR, Reinhold – «The moral issue in international relations [Appendix 3]». In GUILHOT, Nicolas [ed.] – *The Invention of IR Theory: Realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory*. Nova York: Columbia UP, 2011, pp. 269-272, p. 270.

21 MORGENTHAU, Hans J. – *Scientific Man versus Power Politics*. Chicago: UCP, 1946, p. 218.

22 *Ibidem*, p. 203.

23 *Ibidem*, p. 203.

24 MORGENTHAU, Hans J. – *Politics among Nations*, p. 8.

25 Morgenthau ao seu editor. *Apud*: HASLAM, Jonathan – *A Necessidade É a Maior Virtude: O Pensamento Realista nas Relações Internacionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 327.

26 MORGENTHAU, Hans J. – *In Defense of the National Interest: A Critical Examination of American Foreign Policy (1951)*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1951, pp. 33-34.

27 KLUSMEYER, Douglas – «Beyond tragedy: Hannah Arendt and Hans Morgenthau on responsibility, evil and political ethics». In *International Studies Review*. Vol. 11, N.º 2, 2009, p. 332.

BIBLIOGRAFIA

AREND, Hugo – *Tragédia, Ciência e Política da Verdade: Uma Arqueologia das Relações Internacionais*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

ASHWORTH, Lucian – *Creating International Studies: Angell, Mitrany and the Liberal Tradition*. Aldershot: Ashgate, 1999. DOI: 10.4324/9781315259031.

BERGER, P., e LUCKMANN, T. – *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.

CARR, Edward H. – *The Twenty-Years' Crisis*. Basingstoke: Palgrave/Macmillan, 2016. DOI: 10.1057/978-1-349-95076-8.

CONFERENCE on International Politics. May 7-8, 1954 [Appendix 1]. In GUILHOT, Nicolas [ed.] – *The Invention of IR Theory:*

Realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory. Nova York: Columbia UP, 2011, pp. 244-246.

FOUCAULT, Michel – «Entretien avec Michel Foucault». In *Dits et Écrits II (1976-1988)*. Paris: Gallimard, 2001, pp. 140-160.

FOUCAULT, Michel – «Le jeu de Michel Foucault». Entrevista. In *Dits et Écrits (1954-1988): Volume II (1976-1988)*. Paris: Gallimard, 2001, pp. 298-329.

FOUCAULT, Michel – «Sur l'archéologie des sciences. Réponse au Cercle d'epistemologie». In *Dits et Écrits I (1954-1975)*. Paris: Gallimard, 2001, pp. 724-759.

FOUCAULT, Michel – *Em Defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France, 1975-

-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GEERTZ, Clifford – *O Saber Local (1983)*. Petrópolis: Vozes, 2014.

GUILHOT, Nicolas [ed.] – *The Invention of IR Theory: Realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory*. Nova York: Columbia UP, 2011.

HASLAM, Jonathan – *A Necessidade É a Maior Virtude: O Pensamento Realista nas Relações Internacionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HOFFMANN, Stanley – «International relations: an American social science». In *Janus and Minerva*. Boulder: Westview, 1987, pp. 3-24. DOI: 10.1007/978-1-349-23773_9_9.

- KLUSMEYER, Douglas – «Beyond tragedy: Hannah Arendt and Hans Morgenthau on responsibility, evil and political ethics». In *International Studies Review*. Vol. 11, N.º 2, 2009, pp. 332-351. DOI: 10.1111/j.1468-2486.2009.00851.x.
- LEVI-STRAUSS, Claude, e ERIBON, Didier – *De Perto e de Longe*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- MORGENTHAU, Hans J. – *Scientific Man versus Power Politics*. Chicago: UCP, 1946.
- MORGENTHAU, Hans J. – *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace*. 1.ª edição, 2.ª reimpressão. Nova York: Aldred A. Knopf, 1949.
- MORGENTHAU, Hans J. – *In Defense of the National Interest: A Critical Examination of American Foreign Policy [1951]*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1951.
- NIETZSCHE, Friedrich – *A Vontade de Poder*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- POCOCK, J. G. A. – *The Machiavellian Moment*. Princeton: Princeton UP, 2003. DOI: 10.23943/princeton/9780691172231.001.0001.
- SCHMIDT, Brian – *The Political Discourse of Anarchy*. Nova York: SUNY, 1998.
- SKINNER, Q. – *As Fundações do Pensamento Político Moderno [1978]*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- THOMPSON, Kenneth, e MYERS, Robert J. – *Truth and Tragedy: A Tribute to Hans Morgenthau*. Washington, DC: The New Republic Book Co., 1977.
- WALKER, Robert B. J. – *Inside/Outside*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.